



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**EDITAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2025/FESPDS/PA**

<b>Promotor: Estado do Pará   Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS/PA</b>	
CNPJ nº. 35.516.470/0001-97	
<b>Objeto:</b> Aquisição de equipamentos e materiais médicos, a fim de serem empregados no Ambulatório Médico Central para a Polícia Militar do Estado do Pará, oriundo do Termo de Adesão nº 27/2021, conforme descrito no Termo de Referência - Anexo I do Edital.	
<b>Método de disputa:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
<b>Critério de julgamento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço	
<b>Entrega</b>	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Local</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<b>Valor Total estimado: R\$ 89.712,82 (Oitenta e nove mil, setecentos e doze mil e oitenta e dois centavos).</b>	
<b>Pagamento</b>	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	
<b>Abertura da sessão pública</b>	
	Data: <b>20/03/2026.</b> Hora: <b>10 h00min</b> Local: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> (UASG 928154)



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### CLÁUSULA 1

#### Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o ESTADO DO PARÁ, por intermédio do **Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS/PA**, CNPJ nº. 35.516.470/0001-97, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 735, Bairro: São Bráz, Belém/PA, neste ato representado pelo Secretário Executivo, **FRANCISCO GILVAN LOPES DA NÓBREGA JÚNIOR**, designado pela Portaria nº 042/2025/GAB/SEGUP de 15 de abril de 2025, publicado no D.O.E Nº 36.202.

### CLÁUSULA 2

#### Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, **Decreto Estadual nº 2.940/2023**, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 032/2026 de 02/03/2026, que designa Autoridade Competente/Homologador, Agentes de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### CLÁUSULA 3

#### Objeto

**3.1** O objeto desta licitação é Aquisição de equipamentos e materiais médicos, a fim de serem empregados no Ambulatório Médico Central para a Polícia Militar do Estado do Pará, oriundo do Termo de Adesão nº 27/2021, conforme descrito no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**3.2** O bem a ser licitado está descrito detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL UNITÁRIO ESTIMADO	VL. TOTAL ESTIMADO
01	Caixa de provas com lentes, conforme especificações do Termo de Referência.	01	R\$ 3.290,10	R\$ 3.290,10
02	Conjunto de réguas de esquiascopia, conforme especificações do Termo de Referência.	01	R\$ 1.713,00	R\$ 1.713,00



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

03	Fotóforo led com lupa de ampliação, conforme especificações do Termo de Referência.	02	R\$ 5.173,56	R\$ 10.347,12
04	Video nasofibroscópio, conforme especificações do Termo de Referência.	01	R\$ 74.362,60	R\$ 74.362,60
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 89.712,82

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☒ Item, conforme a tabela do item 3.2 deste edital.

#### CLÁUSULA 4

##### Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.7** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.8** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.9** O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.10** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.11** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**4.12** O disposto nas alíneas b e c do item 4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.13** A proibição do item 4.7 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## CLÁUSULA 5

### Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:

- Apresentação da Proposta;
- Lances;
- Documentos de Habilitação;
- Julgamento das Propostas;
- Habilitação

**5.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**5.6** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**5.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.12** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**5.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## CLÁUSULA 6

### Preenchimento da proposta

**6.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. valor do item.
- b. Marca.
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**6.7** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 dias**, a contar da data de sua apresentação.

**6.8** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

**a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

**b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

**1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou

**2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **CLÁUSULA 7**

### **Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

**7.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor total do item**





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**7.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 100,00 (Cem reais)**.

**7.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.14.** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto	<p><b>a.</b> No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p><b>b.</b> A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p><b>c.</b> A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p><b>d.</b> Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p><b>e.</b> Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p><b>f.</b> Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**7.15** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente, de valores.

**7.16** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.18** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

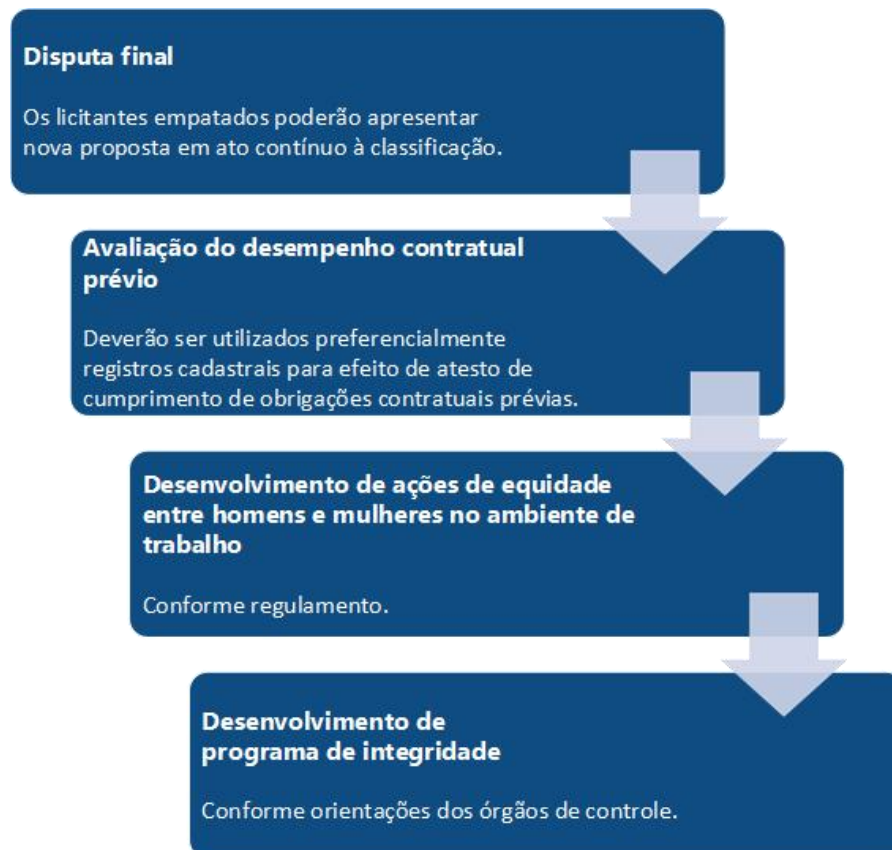
**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.



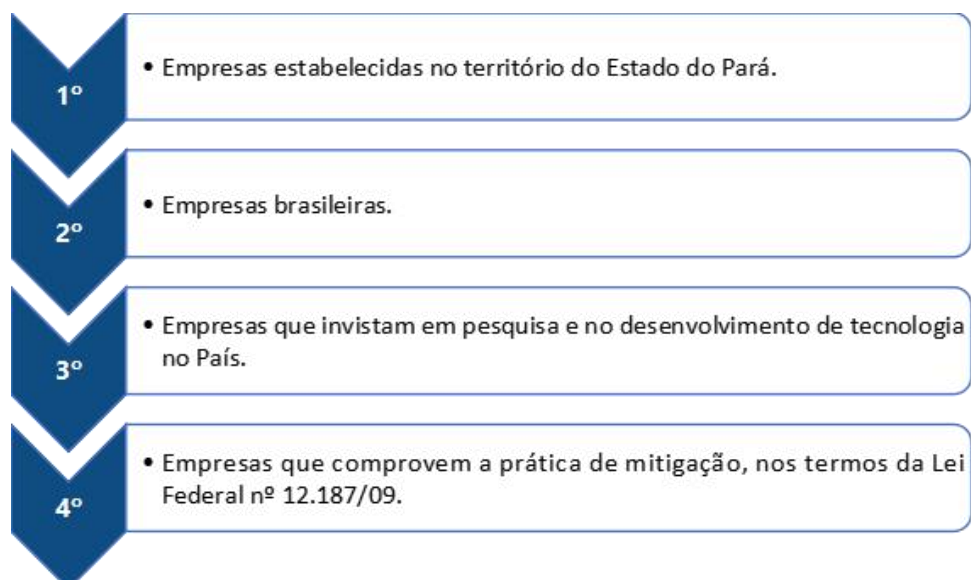
Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



**7.24** Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**7.25.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens **7.23** e **7.24**, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**7.26** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

**7.27** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.28** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.29** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.30** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.31** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.32** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8**

### **Julgamento das propostas**

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a.** SICAF;
- b.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**8.8** É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecuibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

**8.11** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem ou da área especializada no objeto.

**8.12** Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.13** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**8.14** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.15** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

**8.16** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## **CLÁUSULA 9**

### **Habilitação**

**9.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**9.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**9.7** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**9.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.9** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

**9.10** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**9.11** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.11.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.12** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**9.13** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

**9.14** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**9.15** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.16** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.17** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

**9.18** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**9.19** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

### **Habilitação Jurídica**

**9.20** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.21** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.22** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.23** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.24** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.25** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.26** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.27** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.28** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Regularidade fiscal e trabalhista**

**9.29** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.30** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.31** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.32** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.33** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**9.34** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.35** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.36** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira.**

**9.37** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**9.38** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9.39** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**9.39.1** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**9.39.2** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.39.3** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.39.4** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

**9.40** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**9.41** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **Qualificação Técnica**

**9.42** Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

**9.43** Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

## **CLÁUSULA 10**

### **Adjudicação e homologação**

---

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **CLÁUSULA 11**

### **Recursos**

---

**11.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

## CLÁUSULA 12

### Infrações e sanções administrativas

**12.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<b>a.</b> Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	<b>Multa</b>  0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
<b>b.</b> Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:	<i>e</i>  <b>Impedimento de licitar e contratar*</b>
<b>1.</b> Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

*“Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”.*

3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

4. Deixar de apresentar amostra;

5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f. Fraudar a licitação;

g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. Agir em conluio ou contra a lei;

2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º

**Multa**

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

da Lei Federal nº 12.846/13.

**12.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**12.3.** As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

**12.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**12.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**12.10** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**12.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.13** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

**a.** O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

**b.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.14** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**12.15** O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.16** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**12.17** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **CLÁUSULA 13**

#### **Impugnação ao edital**

---

**13.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de [licitacao.fesp@gmail.com](mailto:licitacao.fesp@gmail.com).

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

#### **CLÁUSULA 14**

##### **Dos Recursos Orçamentários**

---

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 06.181.1510.8993.10

Natureza: 3449052

Fonte: 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077( Recurso Próprio - Superávit)

#### **CLÁUSULA 15**

##### **Do Reajuste dos Preços**

---

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA 16**

##### **Disposições finais**

---

**16.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**16.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**16.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**16.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**16.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**16.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.**

**16.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

**16.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Belém/PA, 05 de março de 2026.

**FRANCISCO GILVAN LOPES DA NÓBREGA JÚNIOR**  
Secretário Executivo do FESPDS



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## ANEXO I



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



### TERMO DE REFERÊNCIA

PAE nº2025/3140428

1. O QUE SERÁ CONTRATADO?						
<b>OBJETO:</b> Formalização de pregão na modalidade eletrônico, para aquisição de bens comuns, cujo o critério de julgamento é de menor preço, para aquisição de equipamentos, a fim de serem empregados no consultório de otorrinolaringologia e oftalmologia do Ambulatório Médico Central, maximizando a assistência disponibilizada pela instituição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
01 EXCLUSIVA para ME/EPP, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	<b>CAIXA DE PROVA COM LENTES.</b> A Caixa de Prova que apresenta um conjunto com no mínimo <b>268 lentes</b> esféricas, cilíndricas positivas e negativas, filtros coloridos e prismas, confeccionadas com lentes em cristal e aro metálico cromado, acondicionada em moderna maleta de alumínio com estojo em madeira recoberto com tecido aveludado. Indispensável para a realização de uma Refração precisa.  A maleta deverá vir com as seguintes especificações técnicas:  <b>40 pares de lentes esféricas negativas:</b> As lentes negativas são: -20,00   -18,00 De 1,00 em 1,00 dioptrias: -16,00 a -10,00 De 0,50 em 0,50 dioptrias: -9,50 a -6,00 De 0,25 em 0,25 dioptrias: -5,75 a -0,25  <b>40 pares de lentes esféricas positivas:</b> As lentes positivas são: 20,00   18,00 De 1,00 em 1,00 dioptrias: 10,00 a 16,00 De 0,50 em 0,50 dioptrias: 6,00 a 9,50 De 0,25 em 0,25 dioptrias: 0,25 a 5,75  <b>20 pares de lentes cilíndricas negativas:</b> De 0,50 em 0,50 dioptrias: 0,25 a 6,00  <b>20 pares de lentes cilíndricas positivas:</b> De 0,50 em 0,50 dioptrias: 0,25 a 6,00  <b>12 prismas em diversos graus de Δ</b> 0,50, sendo 2 pares de cada ▲	210571-3	UND	1	R\$ 3.521,68	R\$ 3.521,68




Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
**AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL**



	<p>1,00; 2,00; 3,00; 4,00; 5,00; 6,00; 7,00; 8,00; 9,00 e 10,00, sendo 1 unidade de cada ▲.</p> <p><b>02 cilindros cruzados 0.25D e 0.50D</b></p> <p><b>12 lentes acessórias</b></p> <p>Oclusor, Lente Maddox, Fenda estenopeica, Filtro vermelho, Filtro verde, Lente opaca, Maddox vermelho, Lente Cilindro Cruzado 0,25, sendo 1 unidade de cada.</p> <p>Furo estenopeico, Lente cruzada, Lente neutra, sendo 2 unidades de cada</p> <p>Lente neutra</p> <p><b>Obs: Acompanha</b> Amação de Prova compatível com as lentes que acompanham o estojo.</p> <p>Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o produto e o Registro do Produto na ANVISA; O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p>  <p><b>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</b></p>					
02	<p><b>CONJUNTO DE RÉGUAS DE ESQUIASCOPIA</b></p> <p>EXCLUSIVA para ME/EPP, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de</p> <p>Acondicionada em maleta de alumínio, o Conjunto de Réguas de Esquiascopia é composto por 2 réguas construídas em material plástico, dotadas de lentes ópticas esféricas côncavas e convexas, uma na cor</p>	210620-5	UND	01	R\$ 1.824,11	R\$ 1.824,11






Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



dezembro 2006.	de	<p>preta e outra na cor vermelhas destinadas a tornar mais prático o exame. Cada régua contém 08 pares de lentes.</p> <p><b>Informações Técnicas</b></p> <p>Lentes Concavas: 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0 – 2,5 – 3,0 – 3,5 – 4,0 – 4,5 – 5,0 – 5,5 – 6,0 – 6,5 – 7,0 – 8,0 – 12.</p> <p>Lentes Convexas: 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0 – 2,5 – 3,0 – 3,5 – 4,0 – 4,5 – 5,0 – 5,5 – 6,0 – 6,5 – 7,0 – 8,0 – 12.</p> <p><b>Dimensões:</b> L 320 x H 40 x P 155 mm</p> <p><b>Peso:</b> ≈ 0,600 Kg</p> <p>Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o aparelho; apresentar cópia do Manual do Usuário, e o Registro do Produto na ANVISA. O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p>  <p><b>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</b></p>					
03		<p><b>FOTÓFORO LED COM LUPA DE AMPLIAÇÃO</b></p> <p>Iluminação uniforme com estrutura multilentes que garante alto nível de luminância homogênea no campo luminoso. Design Coaxial para iluminação livre de sombras. Ângulo de luminância móvel (para cima/ baixo, para o lado esquerdo/direito) através da articulação pivotante. Apresenta indicador LED para exibir o status da bateria. Intensidade luminosa do LED</p>	213189-7	UND	02	R\$ 5.289,90	R\$ 10.579,80
EXCLUSIVA para ME/EPP, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.							



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
**AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL**



	<p>ajustável de no mínimo 5.000Lux. Iluminação LED com temperatura de cor de 6.000 K. Tamanho do campo luminoso: 70 mm (a 3 m). LED de alta potência com vida útil aproximada de 50.000 horas. Bateria Litio-ion recarregável em módulo acoplável, sem fios, de fácil remoção para recarga. Autonomia da bateria aproximada de 120 minutos. Lupa binocular para amplificação da imagem.</p> <p>Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o aparelho; apresentar cópia do Manual do Usuário, Registro do Produto na ANVISA; O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p>  <p><b>IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA</b></p>					
<p>04</p> <p><b>EXCLUSIVA para ME/EPP, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</b></p>	<p><b>VÍDEO NASOFIBROSCÓPIO COM CÂMERA E FONTE DE LUZ EMBUTIDOS.</b> Captura de imagem através de aplicativo câmera padrão. Excelente qualidade de imagem HD. Foco automático. Pode ser utilizado em: laptops, tablets e smartphones.</p> <p><i>Campo de Visão de no mínimo: 90°; Profundidade de Trabalho de no mínimo: 5-50mm; Direção de Visão: 0°; OD do Tubo de Inserção: 3.2mm; Faixa de Angulação: Up 130° / Down 130°; Comprimento de</i></p>	232530-6	UND	01	R\$ 74.190,32	R\$ 74.190,32






Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



	<p>Trabalho: 300 mm; À prova d'água: IPX7 ou com certificação IP que seja resistente a água e protegido contra poeira; Fonte de Luz: Built-in LEDs; Resolução mínima: HD 1280*720; Software: Plug and Play; Cabo de Extensão: 2 metros, USB TIPO A.</p> <p>Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o aparelho; apresentar cópia do Manual do Usuário, Registro do Produto na ANVISA; O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p>				
					
	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA				
VALOR GLOBAL ESTIMADO					R\$ 90.115,91

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
Qual o motivo da contratação?	<p>A presente demanda tem por objetivo a aquisição de <b>equipamentos e materiais médicos</b> destinados ao <b>Ambulatório Médico Central</b>, o qual contará com consultórios especializados em <b>Oftalmologia</b> e <b>Otorrinolaringologia</b>, entre outras áreas. A contratação é necessária para possibilitar a adequada estruturação, instalação e funcionamento dos serviços, garantindo atendimento qualificado, seguro e contínuo aos usuários.</p> <p>Os itens ora solicitados já haviam sido objeto de licitação anterior, realizada por meio de <b>Pregão Eletrônico</b>, porém foram considerados <b>fracassados</b> em razão da ausência de propostas válidas ou pela desclassificação das ofertadas, inviabilizando sua adjudicação e consequente contratação.</p> <p>A repetição da licitação é imprescindível para suprir a lacuna existente no atendimento, pois a indisponibilidade desses equipamentos compromete a operacionalização dos consultórios e impacta diretamente a capacidade de prestação de serviços assistenciais da instituição.</p> <p>A medida encontra amparo no <b>artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021</b>, que autoriza a repetição do procedimento licitatório ou a contratação direta para itens não adjudicados ou desclassificados, desde que mantidas as condições do certame original.</p>



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



NATUREZA DO BEM	
<input checked="" type="checkbox"/> Comum.	
<input type="checkbox"/> Especial.	

PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM		
Haverá prova de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Serão utilizados os critérios de sustentabilidade abaixo assinalados:</p> <p>I – As embalagens devem ser constituídas, preferencialmente no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; de 2008.</p> <p>II – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</p> <p>III – Fornecer os produtos com registro da ANVISA ou similar do país de origem acompanhado de tradução juramentada com validade vigente;</p> <p>IV – A comprovação do disposto neste requisito poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.	
O edital exigirá amostra?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
Haverá garantia do bem?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia do bem de no mínimo 12 (doze) meses contra eventuais defeitos de fabricação ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
Haverá assistência técnica?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens, 03, 04, durante 12 meses, a partir do recebimento pela contratante, por conta própria, sem custo para a administração pública.	
	<input type="checkbox"/> Não.	

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
Forma de contratação	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
Critério de julgamento	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.
	<input type="checkbox"/> Maior desconto.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



O orçamento estimado é sigiloso?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
Critério para a proposta ser aceita	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.
Há itens com participação exclusiva para microempresas e empresa de pequeno porte?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>TODOS OS ITENS SE ENQUADRAM EM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP.</b>
	<input type="checkbox"/> Não.

REQUISITOS DA CONTRATADA			
Será exigida habilitação técnica?	<input type="checkbox"/> Sim	Qual?	
		Por quê?	
Qualificações técnicas exigidas	<input checked="" type="checkbox"/> Não		
	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.		Justificativa: A declaração de ciência das informações tem o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, conforme legislação prevista nos imperativos do Art. 67, VI da Lei nº 14133/2021.
	<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.		Justificativa:
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.		Justificativa:
	<input checked="" type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar: Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica.		Justificativa: A apresentação de atestados de capacidade técnica têm o objetivo de comprovar que o fornecedor dispõe dos meios operacionais necessários para o pleno atendimento das obrigações contratuais, conforme previsto nos imperativos do Art. 67, II da Lei nº 14133/2021.
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.		
Há critério de sustentabilidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Serão utilizados os critérios de sustentabilidade abaixo assinalados: I – As embalagens devem ser constituídas, preferencialmente no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; de 2008.	



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



	<p>II – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</p> <p>III – Fornecer os produtos com registro da ANVISA ou similar do país de origem acompanhado de tradução juramentada com validade vigente;</p> <p>IV – A comprovação do disposto neste requisito poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.
Há riscos a serem assumidos pela contratada?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atraso ou demora na conclusão do processo administrativo de contratação</li> <li>- Falta de verificação ou verificação incorreta da necessidade atual da Unidade.</li> <li>- Nomeação de Fiscal de Contrato sem as competências necessárias à fiscalização.</li> <li>- Recebimento de material inadequado</li> <li>- Termo de Referência mal confeccionado.</li> <li>- Fracasso no certame.</li> <li>- Não cumprimento dos termos contratuais pelo contratado.</li> </ul>
	<input type="checkbox"/> Não.

FORMA DE ENTREGA DO BEM	
Como o bem deve ser entregue?	<input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue em parcela única, conforme edital. Obs: A instalação compreende: a conferência de partes e peças, montagem do equipamento, a realização de testes finais, ajustes e calibração que coloquem o equipamento em completo funcionamento, deverá ser agendado com o Ambulatório Médico Central, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, a vinda do técnico para instalação e demonstração do mesmo; <input type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em X parcelas, sendo a 1ª em até Y dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com Z dias de antecedência.
Local, Prazo e Condições para recebimento do bem	<p>O prazo de entrega do objeto deve seguir aos critérios estabelecidos abaixo:</p> <p><b>Da Contratada:</b></p> <p>A) Da entrega do objeto: o prazo máximo de entrega será de 30 dias (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pelo órgão demandante.</p> <p>B) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.</p> <p>C) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as</p>





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**Da Contratante:**

- a) Do resultado da análise da conformidade e emissão do termo de recebimento e exame de material (TREM): até 07 (sete) dias úteis após o recebimento provisório dos objetos.
- b) Da comunicação do TREM à contratada: até 07 (sete) dias úteis após a expedição do relatório técnico.
- c) Da solicitação de reapresentação do objeto em desconformidade: até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do relatório técnico.
- d) Da emissão do termo de aceitação: até 07 (sete) dias úteis após a entrega e verificação de que o objeto se encontra em perfeitas condições de funcionamento e uso.
- e) Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- f) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta entrega dos objetos.

**Local de Entrega:**

- A contratada entregará o objeto em parcela única, observando criteriosamente o prazo de entrega definido neste instrumento, com local de entrega estabelecido abaixo:
- O objeto deverá ser entregue nas instalações do Almoxarifado Central da PMPA(AC), de Seg. a Sex. (exceto feriado), no horário de 09:00 as 16:00, na Av. Brigadeiro Protásio, entre Av. Dr. Freitas e Av. Júlio César s/n. Bairro do Souza, Belém/PA. CEP 66.613-184, fone: (91) 98402-7709.

**PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO**

<b>Prazo do contrato</b>	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).	
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
<b>Haverá possibilidade de prorrogação?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
<b>Forma de pagamento</b>	Meio	Ordem bancária.
	Onde?	Conta corrente indicada pela contratada.
	Qual o prazo?	O pagamento será efetuado à Contratada até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da respectiva Nota Fiscal do fornecimento do objeto deste termo de referência, junto ao qual deverão estar anexadas as Notas Fiscais e a prova



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



		da regularidade fiscal, a fim de que as mesmas possam ser aceitas e atestadas pelo respectivo fiscal do Contrato, bem como apresentado o Termo de Recebimento do Material.
	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante ou; 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar os sistemas oficiais.
Qual a garantia do contrato?	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.	<b>Justificativa:</b>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	<b>Justificativa:</b> Por ser uma compra de materiais de bens comuns, conforme descritos neste TR, não haverá necessidade de garantia contratual, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Dados orçamentários da contratação	Programa:	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Ação (Projeto/Atividade):	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Elemento de Despesa:	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Plano Interno:	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Fonte do Recurso:	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
	<b>Obs:</b> Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.	

Belém-PA, 18 de agosto de 2025

RICARDO BRAGA DE AMORIM – TEN CEL QOSPM  
Diretor do AMC





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
CORPO MILITAR DE SAÚDE  
AMBULATÓRIO MÉDICO CENTRAL



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 002/2025**  
**PAE nº 2025/3140428**

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
<b>QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?</b>	<p>A presente demanda tem por objetivo a aquisição de equipamentos e materiais médicos destinados ao Ambulatório Médico Central, o qual contará com consultórios especializados em <b>Oftalmologia</b> e <b>Otorrinolaringologia</b>, entre outras áreas. A contratação é necessária para possibilitar a adequada estruturação, instalação e funcionamento dos serviços, garantindo atendimento qualificado, seguro e contínuo aos usuários.</p> <p>Os itens ora solicitados já haviam sido objeto de licitação anterior, realizada por meio de <b>Pregão Eletrônico</b>, porém foram considerados <b>fracassados</b> em razão da ausência de propostas válidas ou pela desclassificação das ofertadas, inviabilizando sua adjudicação e consequente contratação.</p> <p>A repetição da licitação é imprescindível para suprir a lacuna existente no atendimento, pois a indisponibilidade desses equipamentos compromete a operacionalização dos consultórios e impacta diretamente a capacidade de prestação de serviços assistenciais da instituição.</p> <p>A medida encontra amparo no <b>artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021</b>, que autoriza a repetição do procedimento licitatório ou a contratação direta para itens não adjudicados ou desclassificados, desde que mantidas as condições do certame original.</p> <p>Assim, a presente contratação justifica-se pela <b>necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços médicos especializados</b>, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.</p>
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
<b>QUAL O TIPO DE OBJETO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Bem <input type="checkbox"/> Serviço.
<b>QUAL A NATUREZA?</b>	<input type="checkbox"/> Continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. <input type="checkbox"/> Sem monopólio. <input checked="" type="checkbox"/> Não continuada..
<b>QUAL A VIGÊNCIA?</b>	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.
<b>PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsão contida no At. 111 da lei 14.133/21.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.		
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input type="checkbox"/> Sim.	Contrato nº:	nnnr/aaaa.
		Prazo final:	dd/mm/aaaa.
	<input checked="" type="checkbox"/> Não		
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada	
	1	O Padrão de qualidade a ser observado no equipamento que será adquirido, pode ser mensurado através dos aspectos tangíveis e intangíveis, bem como das especificações desse objeto. Nesse sentido, pode-se citar como elementos importantes: 1 – Desempenho 2 – Segurança; 3 – Durabilidade e resistência 4 – Sustentabilidade 5 – Tecnologia 6 – Eficiência energética	
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Serão utilizados os critérios de sustentabilidade abaixo assinalados:	
	<input type="checkbox"/> Não	I – As embalagens devem ser constituídas, preferencialmente no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; de 2008. II – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; III – Fornecer os produtos com registro da ANVISA ou similar do país de origem acompanhado de tradução juramentada com validade vigente; IV – A comprovação do disposto neste requisito poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.	
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	<input type="checkbox"/> Sim.		
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		

LEVANTAMENTO DE MERCADO		
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<input type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro.	<input type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Audiência pública.
	Especificar: (Indicar o meio).	



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

<b>JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO</b>	<p>Observa-se que os materiais demandados são de comum fornecimento por diversas empresas do mercado, tendo os fornecedores sido escolhidos através de pesquisa feita na internet, com todas as características necessárias do objeto. Os itens pesquisados são comuns nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021, não havendo requisitos ou especificações especiais. Desta forma, a instituição tem alternativas para adquirir, como realização de licitação própria, adesão a ata de Registro de Preços ou participação em licitação de outro órgão, por meio de Intenção de Registro de Preços abertas, cabendo a Administração identificar a forma mais adequada, analisando a solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, levando em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas de mercado.</p> <p>Finalmente, e considerando que o processo está sendo instruído para atendimento ao preliminarmente previsto nos imperativos evidenciados na Meta nº 02 (ATENÇÃO À SAÚDE), Ação nº 01 do Termo de Adesão nº 027/2021 – MJSP/PMPA, celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Polícia Militar do Estado do Pará, cujo recurso é destinado para Atenção à Saúde através da aquisição de equipamentos pré-hospitalar.</p> <p>Como regra, a licitação e os contratos administrativos têm por objetivo a obtenção da solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, levando em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas de mercado. Diante disto, optou-se pela aquisição dos equipamentos médicos, uma vez que a locação é uma solução para as necessidades temporárias, não sendo o caso desta contratação, cuja utilização será de forma permanente. Além disso, com a utilização permanente o custo da locação superaria o de depreciação dos bens, tornando a locação uma solução desvantajosa para a administração; outra solução seria a possível adesão a ata de registro de preços, porém não foi encontrada ata vigente com objetos compatíveis que atendam a necessidade do AMC, até a formalização deste documento.</p> <p>Conforme o Plano de aplicação que foi aprovado, cujo recurso é destinado para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS. Solução que já foi devidamente discutida entre os órgãos partícipes, os quais em comum acordo optaram pela aquisição, através de licitação própria.</p>
<b>HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
<b>O QUE SERÁ CONTRATADO?</b>	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos e materiais médicos.
<b>QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Não há. (Não será exigida garantia contratual) <input type="checkbox"/> 90 dias. <input type="checkbox"/> 12 meses. <div style="display: flex; justify-content: flex-end;"> <input type="checkbox"/> dias.  <input type="checkbox"/> meses.  <input type="checkbox"/> anos.           </div> <input type="checkbox"/> Outro: nnn
<b>HÁ NECESSIDADE</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens, 03,





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

<b>DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>	04, durante 12 meses, a partir do recebimento pela contratante, por conta própria, sem custo para a administração pública. O contratado deverá fornecer uma relação com o endereço da assistência técnica e atualizar durante a vigência da garantia dos produtos médicos. <input type="checkbox"/> Não.			
<b>HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.			
<b>ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO</b>				
<b>COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Outro. O quantitativo estimado foi definido, conforme a necessidade dos consultórios e as especialidades médicas que atendem no Ambulatório Médico Central, que estão precisando de equipamentos médicos de modo a estruturar e substituir algum equipamento já existente que se encontra em avançado estado de desgaste decorrente do uso continuado, além da percepção dos profissionais de saúde empregados nos referidos setores acerca da necessidade de atualização e modernização tecnológicas imprescindíveis à melhoria na qualidade do atendimento prestado aos pacientes e para que o corpo médico possa desenvolver suas atividades laborais de forma adequada com o uso dos equipamentos necessários para melhor diagnóstico e avaliação médica dos usuários. Os quantitativos de equipamentos foram estimados a partir da demanda do AMC, levando em conta a análise da depreciação dos equipamentos e a relação com a produtividade interna. Vale ressaltar que o Ambulatório Médico Central - AMC, entrará em reforma para ampliação, de forma que haverá aumento da demanda de atendimento e tais equipamentos serão necessários para suprir a nova demanda.			
<b>DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?</b>	Os quantitativos dos equipamentos médicos e instrumentais foram estabelecidos através do levantamento feito pela direção do AMC, conforme a necessidade das instalações dos consultórios e demais dependências do AMC.			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>
	1.	<u>CAIXA DE PROVA COM LENTES.</u> A Caixa de Prova que apresenta um conjunto com no mínimo 268 lentes esféricas, cilíndricas positivas e negativas, filtros coloridos e prismas, confeccionadas com lentes em cristal óptico e aro metálico cromado, com a marcação a laser, acondicionada em moderna maleta de alumínio com estojo em madeira recoberto com tecido aveludado. Indispensável para a	Und	01



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>realização de uma Refração precisa. A maleta deverá vir com as seguintes especificações técnicas:</p> <p><b>40 pares de lentes esféricas negativas:</b> As lentes negativas são: -20,00   -18,00 De 1,00 em 1,00 dioptrias: -16,00 a -10,00 De 0,50 em 0,50 dioptrias: -9,50 a -6,00 De 0,25 em 0,25 dioptrias: -5,75 a -0,25</p> <p><b>40 pares de lentes esféricas positivas:</b> As lentes positivas são: 20,00   18,00 De 1,00 em 1,00 dioptrias: 10,00 a 16,00 De 0,50 em 0,50 dioptrias: 6,00 a 9,50 De 0,25 em 0,25 dioptrias: 0,25 a 5,75</p> <p><b>20 pares de lentes cilíndricas negativas:</b> De 0,50 em 0,50 dioptrias: 0,25 a 6,00</p> <p><b>20 pares de lentes cilíndricas positivas:</b> De 0,50 em 0,50 dioptrias: 0,25 a 6,00</p> <p>12 prismas em diversos graus de <math>\Delta</math> 0,50, sendo 2 pares de cada <math>\blacktriangle</math> 1,00; 2,00; 3,00; 4,00; 5,00; 6,00; 7,00; 8,00; 9,00 e 10,00, sendo 1 unidade de cada <math>\blacktriangle</math>.</p> <p>02 cilindros cruzados 0.25D e 0.50D</p> <p>12 lentes acessórias Oclusor, Lente Maddox, Fenda estenopeica, Filtro vermelho, Filtro verde, Lente opaca, Maddox vermelho, Lente Cilindro Cruzado 0,25, sendo 1 unidade de cada. Furo estenopeico, Lente cruzada, Lente neutra, sendo 2 unidades de cada Lente neutra</p> <p>Obs: Acompanha <u>Armação de Prova</u> compatível com as lentes que acompanham o estojo.</p> <p>Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o produto e o Registro do Produto na ANVISA; O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p>		
	2.	<b>CONJUNTO DE RÉGUAS DE</b>	Unid	01





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p><b><u>ESQUIASCOPIA</u></b> Acondicionada em maleta de alumínio, o Conjunto de Réguas de Esquiascopia é composto por 2 réguas construídas em material plástico, dotadas de lentes ópticas esféricas côncavas e convexas, uma na cor preta e outra na cor vermelhas destinadas a tornar mais prático o exame. Cada régua contém 08 pares de lentes.</p> <p><b>Informações Técnicas</b> Lentes Côncavas: 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0 – 2,5 – 3,0 – 3,5 – 4,0 – 4,5 – 5,0 – 5,5 – 6,0 – 6,5 – 7,0 – 8,0 – 12. Lentes Convexas: 0,5 – 1,0 – 1,5 – 2,0 – 2,5 – 3,0 – 3,5 – 4,0 – 4,5 – 5,0 – 5,5 – 6,0 – 6,5 – 7,0 – 8,0 – 12. <b>Dimensões:</b> L 320 x H 40 x P 155 mm <b>Peso:</b> ≈ 0,600 Kg Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o aparelho, Registro do Produto na ANVISA; apresentar cópia do Manual do Usuário; O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p>		
	3.	<p><b><u>FOTÓFORO LED COM LUPA DE AMPLIAÇÃO</u></b> Iluminação uniforme com estrutura multilentes que garante alto nível de luminância homogênea no campo luminoso. Design Coaxial para iluminação livre de sombras. Ângulo de luminância móvel (para cima/ baixo, para o lado esquerdo/direito) através da articulação pivotante. Apresenta indicador LED para exibir o status da bateria. Intensidade luminosa do LED ajustável de no mínimo 5.000Lux. Iluminação LED com temperatura de cor de 6.000 K. Tamanho do campo luminoso: 70 mm (a 3 m). LED de alta potência com vida útil aproximada de 50.000 horas. Bateria Litio-Ion recarregável em</p>	Unid	02



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>módulo acoplável, sem fios, de fácil remoção para recarga. Autonomia da bateria aproximada de 120 minutos,. Lupa binocular para amplificação da imagem.</p> <p>Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o aparelho; apresentar cópia do Manual do Usuário, Registro do Produto na ANVISA; O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p>		
	4.	<p><b>VIDEO NASOFIBROSCÓPIO COM CÂMERA E FONTE DE LUZ EMBUTIDOS.</b></p> <p>Captura de imagem através de aplicativo câmera padrão. Excelente qualidade de imagem HD. Foco automático. Pode ser utilizado em: laptops, tablets e smartphones.</p> <p>Campo de Visão de no mínimo: 90°; Profundidade de Trabalho de no mínimo: 5-50mm; Direção de Visão: 0°; OD do Tubo de Inserção: 3.2mm; Faixa de Angulação: Up 130° / Down 130°; Comprimento de Trabalho: 300 mm; À prova d'água: IPX7 ou com certificação IP que seja resistente a água e protegido contra poeira; Fonte de Luz: Built-in LEDs; Resolução mínima: HD 1280*720; Software: Plug and Play; Cabo de Extensão: 2 metros, USB TIPO A.</p> <p>Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o aparelho; apresentar cópia do Manual do Usuário, Registro do Produto na ANVISA; O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p> <p>Captura de imagem através de aplicativo câmera padrão. Excelente qualidade de imagem HD. Foco automático. Pode ser utilizado em: laptops, tablets e smartphones.</p> <p>Campo de Visão de no mínimo: 90°; Profundidade de Trabalho de no mínimo: 5-50mm; Direção de Visão: 0°; OD do Tubo de Inserção: 3.2mm; Faixa de Angulação: Up 130° / Down 130°; Comprimento de Trabalho: 300 mm; À prova d'água: IPX7 ou com</p>	Unid	01





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>certificação IP que seja resistente a água e protegido contra poeira; Fonte de Luz: Built-in LEDs; Resolução mínima: HD 1280*720; Software: Plug and Play; Cabo de Extensão: 2 metros, USB TIPO A.</p> <p>Apresentar proposta de acordo com o produto ofertado, relação dos acessórios que acompanham o aparelho; apresentar cópia do Manual do Usuário, Registro do Produto na ANVISA; O prazo de garantia é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.</p>			
<b>ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO</b>					
<b>MEIOS USADOS NA PESQUISA</b>	<input type="checkbox"/> Paineis de preços. <input type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input type="checkbox"/> Fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> (Indicar o meio).				
	<b>ITEM</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor total</b>
	1.	Caixa de Prova com Lentes em Vidro	R\$ 3.521,68	01	R\$ 3.521,68
	2.	Conjunto de Régua de Esquiascopia	R\$ 1.824,11	01	R\$ 1.824,11
	3.	Fotóforo com Lupa de Ampliação	R\$ 5.289,90	02	R\$ 10.579,80
	4.	Vídeo Nasofibrosópio com Câmera Embutida	R\$ 74.190,32	01	R\$ 74.190,32
<b>VALOR TOTAL DOS OBJETOS</b>					<b>R\$ 90.115,91</b>
<b>JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO</b>					
<b>A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 10px;"> <div> <b>Por quê?</b>  <input type="checkbox"/> Não.         </div> <div> <input type="checkbox"/> Objeto indivisível.  <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável.  <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.         </div> <div> <input type="checkbox"/> Perda de escala.  <input type="checkbox"/> Economicamente inviável.         </div> </div>				
<b>CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES</b>					
<b>HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com a legislação brasileira e em respeito ao meio ambiente, é imprescindível fazer o descarte de equipamentos hospitalares corretamente. Para fazer o descarte de equipamentos hospitalares da maneira adequada, a administração deve fazer a contratação de uma empresa que disponha de profissionais especializados				



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	no descarte ou no reaproveitamento desse tipo de material.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
<b>ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO</b>		
<b>HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	<b>Especificar item do PCA:</b>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	<b>Providências:</b> O Plano de Contratação Anual – PCA, do exercício de 2024 está sendo ajustado para inclusão dos objetos, os equipamentos serão necessários em razão da reforma e ampliação do prédio do Ambulatório Médico Central, que contará com consultórios, que atenderão as especialidades oftalmologia, otorrinolaringologia, além de proporcionar maior segurança, qualidade no atendimento e dignidade dos pacientes, possibilitará uma redução significativa nos custos de manutenção com equipamentos antigos e tecnologicamente ultrapassados, com a modernização é possível realizar diagnósticos mais precisos e maximizar a assistência disponibilizada pela instituição. Seguindo assim o previsto no Plano de Aplicação Eixo Valorização dos Profissionais de Segurança Pública - Ação 1 / Meta 2, atenção a saúde através da aquisição de equipamentos pré-hospitalares para o Corpo Militar de Saúde da PMPA, conforme Termo de Adesão Nº 027/2021.
<b>RESULTADOS PRETENDIDOS</b>		
<b>QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo <input checked="" type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho <input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo <input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar: (Indicar o benefício).</b>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Redução de Custos <input checked="" type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência <input checked="" type="checkbox"/> Realização de Política Pública	
<b>PROVIDÊNCIAS PENDENTES</b>		
<b>HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. O Padrão de qualidade a ser observado no equipamento que será adquirido, pode ser mensurado através dos aspectos tangíveis e intangíveis, bem como das especificações desse objeto. Nesse sentido, pode-se citar como elementos importantes: 1 – Desempenho 2 – Segurança; 3 – Durabilidade e resistência 4 – Sustentabilidade 5 – Tecnologia 6 – Eficiência energética	
	<input type="checkbox"/> Não.	
<b>IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</b>		



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar os impactos: <i>(Detalhar)</i> .
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	Especificar as medidas de mitigação dos impactos: <i>(Detalhar)</i> .
<b>CONCLUSÃO</b>		
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.	

Belém (PA), 18 de agosto de 2025



**RICARDO BRAGA DE AMORIM** – TEN CEL QOSPM  
DIRETOR DO AMC





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 90023/2025 – FESPDS/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente.

Apresentamos nossa Proposta de Preços para aquisição de equipamentos e materiais médicos, a fim de serem empregados no Ambulatório Médico Central para a Polícia Militar do Estado do Pará, oriundo do Termo de Adesão nº 27/2021, conforme descrito no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	Caixa de provas com lentes, conforme especificações do Termo de Referência.	01	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
02	Conjunto de réguas de esquiascopia, conforme especificações do Termo de Referência.	01	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
03	Fotóforo led com lupa de ampliação, conforme especificações do Termo de Referência.	02	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
04	Vídeo nasofibroscópio, conforme especificações do Termo de Referência.	01	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
VALOR TOTAL				R\$ xxxxx

- 1 - Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- 2 - A execução do serviço ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90023/2025-FESPDS/PA;
- 3 - Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

### **MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS**

**CNPJ / CPF:**

**Razão social / nome:**

**Endereço com./res:**

**Município:**

**UF:**

**Inscrição municipal:**

**Inscrição estadual:**

**Conta corrente nº Cód. Do Banco:**

**Sigla:**

**Nome/Número da agência:**

**Contatos:**

**E-mail:**

**Nome do representante que assinará o contrato:**

**Cargo que ocupa**

**Estado civil:**

**Identidade nº:**

**Cpf nº:**

**Nacionalidade:**

**Profissão:**

**Endereço residencial:**

**Contatos:**

**E-mail:**

Local e Data

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
**Identificação e qualificação do subscritor**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xx, bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data \_\_\_\_\_

---

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
**Identificação e qualificação do subscritor**





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_,  
declara, sob as penas da Lei, que:

( ) Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;

( ) Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome e número da identidade do declarante)

**Obs.:** Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026-SEGUP/FESPDS/PA**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, através do **FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS**, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 735, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.516.470/0001-97, neste ato representado pelo Secretário Executivo, **Sr. FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR**, MF nº 5673836-1, nomeado pela Portaria nº 940/2025-CCG/PA, de 10 de Abril de 2025 (DOE nº 36.195 de 11 de Abril de 2025), doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX, com sede em XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXX, Telefone: XXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo (a) **Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), cargo **XXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa ou instrumento de procuração, inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 2025/3140428** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2025 - SEGUP/FESPDS/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamentos e materiais médicos, a fim de serem empregados no Ambulatório Médico Central para a Polícia Militar do Estado do Pará, conforme descrito no Termo de Referência - Anexo I do Edital, com recursos provenientes do Plano de Aplicação, oriundo do Termo de Adesão nº 27/2021;

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição os seguintes adendos:

**1.2.1.** O Termo de Referência;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 1.2.2. O Edital;
- 1.2.3. A Proposta da Contratada;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

2.1. Este contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2025 - SEGUP/FESPDS/PA**, referente ao **Processo Eletrônico nº 2025/3140428**, possuindo fundamentação nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Lei Complementar Federal nº 123/06 (Estatuto da micro empresa e empresa de pequeno porte) e sua alteração na Lei Complementar nº 147/14; Decreto Estadual nº 878/08 (Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para microempresa e empresa de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Estadual); subsidiariamente a Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a Portaria nº 046/2025 - SEGUP/PA, de 22 de Abril de 2025 (DOE nº 36.206 de 23 de Abril de 2025), aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

2.2. De acordo com a **Portaria nº 042/2025-GAB.SEC/SEGUP, de 15 de Abril de 2025 (DOE nº 36.202 de 17 de Abril de 2025)**, o Secretário Executivo do FESPDS, têm competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública, como Ordenador de Despesas.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O presente Contrato terá seu prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, na forma disposta no art. 105 da Lei nº 14.133/21;

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111, da Lei nº 14.133/21;

3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DESCRIÇÃO

4.1. O valor global do presente contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXX), no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

4.2. Descrição do objeto conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAIXA DE PROVAS COM LENTES, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	1	R\$ XXXXXXXX	R\$ XXXXXXXX
02	CONJUNTO DE RÉGUAS DE ESQUIASCOPIA, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	1	R\$ XXXXXXXX	R\$ XXXXXXXX
03	FOTÓFORO LED COM LUPA DE AMPLIAÇÃO, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	2	R\$ XXXXXXXX	R\$ XXXXXXXX
04	VÍDEO NASOFIBROSCÓPIO, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	1	R\$ XXXXXXXX	R\$ XXXXXXXX
VALOR GLOBAL R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)				

4.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1. DOS PRAZOS:

5.1.1. A entrega dos bens será realizada em parcela única no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pela Contratante;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**5.1.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

**5.1.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**5.2. DO LOCAL:**

**5.2.1.** O objeto deverá ser entregue nas instalações do Almoxarifado Central da PMPA (AC), de segunda à sexta-feira (exceto feriados), no horário de 09:00 às 16:00, na Av. Brigadeiro Protásio, entre Av. Dr. Freitas e Av. Júlio César, S/N, Bairro do Souza, Belém/PA, CEP 66.613-184, telefone: (91) 98402-7709.

**5.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

**5.3.1.** Ocorrida a entrega dos bens, caberá à Contratada realizar a instalação dos equipamentos, compreendendo a conferência de partes e peças, a montagem, a execução de testes finais, bem como os ajustes e a calibração necessários para assegurar o pleno funcionamento dos aparelhos;

**5.3.1.1.** A visita do técnico responsável pela instalação e demonstração deverá ser previamente agendada com o Ambulatório Médico Central, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

**5.3.2.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

**5.3.3.** Após o recebimento do objeto, a Contratante procederá à análise de conformidade do material e à emissão do Termo de Recebimento e Exame de Material (TREM) no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis;

**5.3.4.** A comunicação do resultado do TREM à Contratada ocorrerá em até 7 (sete) dias úteis após a expedição do respectivo relatório técnico;

**5.3.5.** Caso o relatório técnico aponte desconformidades, a solicitação de reapresentação do objeto será encaminhada à Contratada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do referido relatório;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**5.3.6.** O Termo de Aceitação Definitiva será emitido pela Contratante no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da data de entrega e verificação de que o objeto se encontra em perfeitas condições de funcionamento, uso e de acordo com as especificações contratuais;

**5.3.7.** As embalagens devem ser constituídas, preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2/08;

**5.3.8.** Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO OBJETO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**6.1.** A Contratada deverá prestar garantia do bem de no mínimo 12 (doze) meses contra eventuais defeitos de fabricação ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do recebimento definitivo do objeto;

**6.2.** Durante o período de garantia, a CONTRATADA prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens 03 e 04, durante 12 (doze) meses, a partir do recebimento pela Contratante, por conta própria, sem custo para a administração pública.

**6.2.1.** A Contratada devesse fornecer uma relação com o endereço da assistência técnica e atualizar durante a vigência da garantia dos produtos médicos.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**7.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução;

**7.2.** A garantia de execução contratual é independente da garantia do objeto.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A fusão, cisão ou incorporação só será admitida, com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, desde que não afete a boa execução do Contrato.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

**9.1.** O pagamento será efetuado à Contratada por meio de ordem bancária em até **30 (trinta)** dias, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal do fornecimento do objeto deste instrumento contratual, junto a qual deverão estar anexadas as certidões de regularidade fiscal Municipal, Estadual e Federal, do INSS e FGTS, em vigência, a fim de que as mesmas possam ser aceitas e atestadas pelo respectivo fiscal do Contrato, bem como apresentado o Termo de Recebimento do Material;

**9.2.** O pagamento acima referenciado será creditado em favor do fornecedor, através de ordem Bancária, em conta aberta, preferencialmente, no **Banco do Estado do Pará - BANPARÁ**, deixando bem claro pela CONTRATADA os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

**9.3.** Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

**9.4.** A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

**9.5.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

**9.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 9.7.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;
- 9.8.** Concomitante à notificação à CONTRATADA, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e à Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- 9.9.** Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;
- 9.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;
- 9.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber;
- 9.12.** Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não executado e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;
- 9.13.** Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;
- 9.14.** Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;
- 9.15.** A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;
- 9.16.** A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;
- 9.17.** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;
- 9.18.** A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**9.19.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP =

Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: TX =

Percentual da taxa anual = 6%

**9.20.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**10.1.** Será admitido o requerimento de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo a Contratante decidir a respeito no prazo de um mês, passível de prorrogação motivada por igual período, consoante teor do art. 123, p. único, da Lei Federal nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**11.1.** Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**12.1.** Sem que a isto limite seus direitos, terá o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESPDS as seguintes obrigações:

**12.1.1.** Proporcionar todas as facilidades, para que a Contratada possa cumprir suas obrigações, dentro das condições estabelecidas neste instrumento contratual;

**12.1.2.** Rejeitar os objetos cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos constantes neste instrumento contratual;

**12.1.3.** Efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura(s) da Contratada, após o recebimento em definitivo dos bens;

**12.1.4.** Designar comissão ou servidor para proceder à avaliação do fornecimento que compõe o objeto do presente instrumento;

**12.1.5.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no fornecimento que compõe o objeto contratual, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**12.1.6.** Assegurar aos técnicos da Contratada o acesso para execução do objeto contratual, ou para refazer os mal executados, respeitadas as normas internas de segurança da Contratante;

**12.1.7.** Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venha a ser solicitados pelos técnicos da Contratada;

**12.1.8.** Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado;

**12.1.9.** Fiscalizar e acompanhar a execução do fornecimento constante no objeto do Contrato;

**12.1.10.** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

**12.1.11.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;

**12.1.12.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

**12.1.13.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**12.1.14.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**12.1.15.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**12.1.16.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**13.1.1.** Efetuar a execução do objeto contratual conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e demais anexos que expressamente se vinculam, com a consequente entrega da respectiva nota fiscal referente ao fornecimento;

**13.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

**13.1.3.** Comunicar a Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o fim do prazo de execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.1.4.** Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de garantia do objeto da contratação, exceto com a expressa autorização deste Órgão;

**13.1.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**13.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**13.1.7.** Responsabilizar-se pelas despesas de fretes, taxas e eventuais onerações que incidam sobre o objeto contratado;

**13.1.8.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da Contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

**13.1.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

**13.1.10.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133/21;

**13.1.11.** Retirar das dependências da Contratante, os equipamentos porventura impugnados pela comissão de recebimento, sendo expressamente proibido manter quaisquer equipamentos que não satisfaçam as especificações;

**13.1.12.** Comunicar à Contratante imediatamente após o conhecimento de qualquer problema, modificação de projeto, regras de uso e/ou segurança envolvendo o equipamento em questão;

**13.1.13.** Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização da Contratante;

**13.1.14.** Fornecer à Contratante toda a documentação técnica necessária para a perfeita administração e/ou acompanhamento do Contrato;

**13.1.15.** Informar a Contratante qualquer alteração dos manuais, características técnicas do produto (peças, resistência, condições de uso, possibilidade de falhas etc.) ou outras alterações que influenciem no uso/manutenção/segurança do produto e/ou seus usuários;

**13.1.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 13.1.17.** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.18.** Indicar e/ou manter preposto, a critério da Contratante, para representá-la na execução do instrumento contratual;
- 13.1.18.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;
- 13.1.19.** Promover a designação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc;
- 13.1.20.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21;
- 13.1.21.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao do fornecimento dos bens, os seguintes documentos:
- 13.1.21.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 13.1.21.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 13.1.21.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 13.1.21.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 13.1.21.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 13.1.22.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Contratante;
- 13.1.23.** Promover a guarda, manutenção e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 13.1.24.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 13.1.25.** Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência descritivo ou instrumento congênere;
- 13.1.26.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.1.27.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, consoante o disposto no art. 116, da Lei nº 14.133/21;
- 13.1.28.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, p. único. da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**14.1.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2.** Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
  - b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);
  - c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).
  - d) **Multa:**
    - d.a.) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
    - d.b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
    - d.c.) O atraso injustificado do fornecimento, conforme prazo estipulado no Edital e seus anexos, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21;
- 15.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE;
- 15.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
- 15.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 15.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará;
- 15.7.** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**15.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

**15.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

**15.10.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**15.11.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.12.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

**15.13.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

**15.14.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

**15.15.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

**15.16.** Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**16.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

**16.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

**16.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual;

**16.3.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

**16.3.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pela Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

**16.3.2.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**16.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**16.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

**16.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

**16.5.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**16.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**16.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**16.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**16.6.3.** Indenizações e multas.

**16.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/21).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** Todas as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Termo de Adesão nº 27/2021, com recurso do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS, representados pela seguinte dotação orçamentária:

**Previsão Orçamentária:** Investimento

**Unidade Orçamentária:** 21106

**Programa de Trabalho:** 06.181.1510.8993.10

**Fonte de Recurso:** 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077( Recurso Próprio - Superávit)

**Conta do Recurso:** AG. 1674- 8 - CONTA 13.181-4

**Natureza de Despesa:** 3449052

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

**18.1.** A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/FESPDS conforme



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**Parecer Jurídico N° XXX/2025-CONJUR**, consoante com o art. 53, da Lei n.º 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

- 19.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do objeto contratual e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;
- 19.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto contratual;
- 19.3.** A verificação da adequação da execução do objeto contratual deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;
- 19.4.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação;
- 19.5.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 19.6.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) contratada(s) ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;
- 19.7.** A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a nota fiscal (ou fatura) se, no ato da apresentação, os bens entregues não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita;
- 19.8.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme versa a legislação vigente.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**20.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

**21.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

**21.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**21.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

**22.1.** O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo máximo de **10 (dez)** dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, § 5º, da Constituição Estadual, bem como será também publicado no Diário Oficial da União nos termos legais.

**22.2.** Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias, pelos representantes e testemunhas a seguir.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

**24.1.** É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém/PA, XX de XXXXX de 2026.

**FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR**  
**FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - FESPDS**  
**CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_